

Sumário*

Hoje, a política econômica em países subdesenvolvidos é dominada pela perspectiva de curto prazo imposta pela visão neoclássica. Estratégias de desenvolvimento tipicamente de longo prazo são liminarmente condenadas. A ação do governo deve limitar-se a manter os equilíbrios fiscal, cambial e monetário, além de garantir o respeito às regras do jogo econômico. O primeiro passo para corrigir essa situação consiste em distinguir entre o crescimento clássico, historicamente registrado nos atuais países desenvolvidos, e o crescimento retardatário, em curso nas economias emergentes. A *mainstream economics* não distingue entre os dois, propondo que políticas econômicas bem-sucedidas no crescimento clássico sejam aplicadas no crescimento retardatário. A tese de que as duas modalidades de crescimento são basicamente iguais tem um corolário fundamental: o sucesso das políticas de desenvolvimento, ou de eliminação do atraso econômico, dependeria do livre funcionamento do mecanismo de preços e da prévia obtenção de uma elevada taxa de poupança em relação ao PIB.

A bem-sucedida experiência dos países do Leste da Ásia desmente essa tese. Relatório do Banco Mundial, que examina as causas dos bons resultados obtidos nessa região, mostra a importância da ação dos governos e conclui que

* Para facilitar a leitura do texto principal deste livro, optamos por preparar este sumário, ou síntese das principais teses nele defendidas, cuja leitura é optativa. [N.A.]

não é o aumento da poupança que acelera o crescimento; ao contrário, a aceleração do crescimento é que aumenta a poupança. Os trabalhos que exploraram as consequências dessa última constatação mostram que, havendo oportunidades de investimento, o crescimento ocorre com elevação *a posteriori* da poupança. Ora, oportunidades de investimento sinalizam a existência de demanda. Ou seja, a conclusão básica da experiência dos países asiáticos é que, no crescimento retardatário, quem comanda o processo é a existência de demanda, não a disponibilidade de poupança. É uma diferença de fundamental importância quando se pensa em políticas de desenvolvimento. Um dos corolários mais relevantes dessa diferença é a substancial perda de importância do capital estrangeiro nos processos de desenvolvimento. Na inexistência de demanda de dimensões e dinamismo adequados, o ingresso desse capital no país nada mais faz do que substituir [*crowd out*] a poupança local sem contribuir para o desenvolvimento.

O papel fundamental da demanda nas políticas de desenvolvimento começa a ser reconhecido na literatura especializada. Mas a demanda considerada é a demanda monetária, ou demanda efetiva, na denominação keynesiana. A demanda monetária é dada pela soma das despesas públicas e privadas; a demanda real, pelo valor dos bens que podem ser oferecidos a preço igual, ou inferior, aos vigentes no mercado. A tese básica do presente trabalho é que a demanda real é a relevante.

O trabalho passa então a definir uma estratégia que, contrariamente à baseada nas teorias do crescimento da *mainstream economics*, tem como fulcro a demanda real, ou o mercado. Essa estratégia, segundo o trabalho, desenvolve-se necessariamente em duas fases. A primeira é de crescimento

para dentro, ou de substituição de importações. Esta se esgota antes de o país chegar ao pleno desenvolvimento; por isso deve dar lugar à estratégia de crescimento para fora, na qual a exportação de bens e serviços de elevado conteúdo tecnológico desempenha papel de vital importância. A exposição começa por oferecer as linhas gerais das estratégias de crescimento para dentro e para fora, passando depois à análise da experiência brasileira.

No caso desta, o trabalho analisa o otimismo de curto prazo que domina o país, que não resulta de um crescimento acelerado do PIB, mas simplesmente do fato de não termos sido envolvidos na grave crise que vitima os países desenvolvidos. Essa visão de curto prazo ignora as sombrias perspectivas de longo prazo da economia brasileira, decorrentes da crescente desindustrialização do país, da aceitação da taxa de 5% como limite superior para o crescimento do PIB (enquanto países asiáticos, economicamente menos favorecidos, crescem entre 7% e 9% ao ano), da grande sobrevalorização cambial (que desencoraja exportações e estimula importações), dos altíssimos juros (que oneram o Tesouro público e dificultam investimentos, além de atraírem o capital especulativo estrangeiro). Ainda mais grave: trata-se de uma política econômica centrada em metas de inflação com total abandono de metas de desenvolvimento. Tais erros estão condenando o Brasil, país com condições excepcionalmente favoráveis ao desenvolvimento, a se especializar em *commodities* agrícolas e industriais que proporcionam apenas uma espécie de “semidesenvolvimento”. Tal situação é amplamente constatada e documentada pelo IPEA.

Em seguida, passa-se a mostrar que a adoção de uma nova estratégia de desenvolvimento depende da prévia montagem de um modelo teórico que a justifique tecnicamente

e especifique suas linhas gerais. A metodologia científica comprova, de fato, que uma teoria não é derrubada pelos seus erros, mas por outra teoria em que estes não ocorrem. Apesar do seu estrondoso fracasso, a teoria neoclássica, implementada na América Latina com base no Consenso de Washington, continua sendo considerada plenamente válida. Tudo o que se fez foi remendar o Consenso, que passou a se chamar “Consenso de Washington Ampliado”. Ponto importante é que uma teoria que justifique uma nova estratégia de desenvolvimento não deve depender de contribuições isoladas, mas de um programa científico de pesquisas levado adiante em um núcleo de pensamento crítico.